



“É SEMPRE INCOMPLETA A EDUCAÇÃO DE UM POVO, QUANDO IGNORA A HISTÓRIA E A GEOGRAPHIA DE SUA NAÇÃO”: O ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL, CONSTRUIR UMA NAÇÃO E FORMAR BRASILEIROS.

“THE EDUCATION OF A PEOPLE IS ALWAYS INCOMPLETE, WHEN IT IGNORES THE HISTORY AND GEOGRAPHY OF ITS NATION”: THE ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL, BUILDING A NATION AND TRAINING BRAZILIANS.

Resumo: Esse artigo visa analisar quais eram os interesses e objetivos em torno da elaboração Atlas do Império do Brasil, produzido por Candido Mendes de Almeida em 1868. Até que ponto ele utilizou-se de um discurso cientificista, através do diálogo entre as disciplinas de História e Geografia para legitimar os seus desenhos e ajudar no projeto de consolidação da nação brasileira, e ainda quais foram as intenções de Candido Mendes ao dedicar o seu trabalho ao Colégio Pedro II. Para isso, analisamos o texto e os mapas que compõe o Atlas, bem como, periódicos e os Anais do Senado e Parlamento brasileiro, desenvolvendo uma compressão a respeito das relações sociais e jogos de poder que envolveram a fabricação desse tempo e espaço, tendo em vista que os mapas, longe de serem neutros, traduzem a visão de determinados indivíduos acerca do espaço representado.

Palavras-chave: Candido Mendes de Almeida. *Atlas do Imperio do Brazil*. Nação brasileira.

Abstract: This article aims to analyze the interests and objectives surrounding the manufacture of the Atlas do Império do Brasil, produced by Candido Mendes de Almeida in 1868. The extent to which he used a scientific discourse, through the dialogue between the disciplines of History and Geography to legitimize his drawings and help in the consolidation of the Brazilian nation, and also what Candido Mendes' intentions were when dedicating his work to Colégio Pedro II. For this, we analyzed the text and maps that make up the Atlas, as well as periodicals and the Annals of the Senate and the Brazilian Parliament, developing a compression regarding the social relations and power games that involved the fabrication of that time and space, taking into account since the maps are far from neutral, they reflect the view of certain individuals about the space represented.

Keywords: Candido Mendes de Almeida. *Atlas do Imperio do Brazil*. Brazilian nation.

**Maria Leopoldina Dantas
Máximo**

Graduada em História pela
Universidade Regional do Cariri
(URCA)
leopoldina.desenho@gmail.com

Introdução

A unidade que existia na independência política brasileira, em 1822, foi contestada durante o Primeiro Reinado e no Período Regencial por movimentos separatistas que surgiram em diversos pontos do Império (Andrade, 1999) evitar que o Brasil tivesse o mesmo fim da América espanhola, que havia se dividido em diversos países nos anos anteriores, iniciou-se uma série de movimentos, com a finalidade de tornar o amplo território brasileiro em um nico Estado nacional.

Um desses movimentos foi a construção de uma história brasileira, que procurava no passado fatos para legitimar o presente, almejando construir uma Nação e um sentimento de nacionalismo que tornasse o Brasil uma unidade. Assim, foram criadas instituições como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, que fundado em 1838, era responsável por fundamentar essa história e “dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos” (Guimarães, 1988, p.16), conseguindo atuar interna e externamente e auxiliar na construção discursiva em torno de uma identidade nacional.

A relação entre o IHGB e a construção da Nação, ficou mais nítida na segunda metade do século XIX, momento de certa estabilidade do poder monárquico e início do seu projeto político centralizador (Guimarães, 1988, p.10). Nesse processo, aumentou-se a preocupação em torno da construção de um saber sobre o espaço brasileiro, uma vez que, conhecê-lo garantia ao Governo Imperial uma consciência do território, facilitando dominar, controlar e se fazer presente nesses espaços. A cartografia foi utilizada para atender essa necessidade, e cumpria uma função social e política apresentando “elementos para convencer sobre a possibilidade de novas fabricações desse território que contribuíssem com a própria fabricação da nação” (Reis, 2017, p.01), neles o Brasil foi produzido enquanto Estado territorial.

Nesse processo, surgiram trabalhos como o do advogado, escritor e político maranhense Candido Mendes de Almeida¹ que desenvolveu, em 1868, o primeiro *Atlas do Império do Brazil*. Dedicado ao Imperador e ao Colégio Pedro II, tinha como objetivo

¹ Nasceu em 16 de outubro de 1818, na província de Maranhão; formou-se em advocacia na Faculdade de Direito de Olinda – Pernambuco, trabalhou como professor de História e Geografia do Liceu Maranhense entre 1840 e 1843; foi deputado do Maranhão por cinco mandatos entre 1843 e 1871, ano em que se tornou senador do Império. Produziu alguns livros ligados a geografia do Maranhão e a igreja católica como *A Carolina, ou, a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz* (1852) e *Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito cannico* (1866). Participou também de jornais como *O Brado de Caxias* e *O Observador* como editor.

apresentar o território brasileiro tornando-o mais conhecido, uma vez que, segundo Candido Mendes, eles possuíam “por sem duvida uma missão a desempenhar na terra. [...] se temos essa missão, convém que nos preparemos seriamente para o seu desencargo. Esse preparo pressupõe o exame do nosso Estado” (Almeida, 1868, p.07).

Assim, a partir de mapas aparentemente autnomos, o *Atlas*, procurou criar uma unidade entre o todo e suas partes, dialogando com o passado e projetando um futuro (Borges, 2006), e por esse motivo, foi considerado por leitores da época como “uma das mais palpitantes necessidades da nação” (*O Colombo*, 14 outubro de 1868, p.03). Nesse sentido, esse artigo visa compreender quais os objetivos em torno da produção do *Atlas do Imperio do Brazil*, como Candido Mendes utilizou-se da História para legitimar os seus desenhos, e quais seus interesses em dedicar o seu trabalho ao Colégio Pedro II.

Para analisar como as ideias de Candido Mendes apresentadas no *Atlas* foram influenciadas pelos discurso dessas instituições, até que ponto a metodologia utilizada por ele era necessária para conseguir que sua obra fosse legitimada e como ele se utilizou desse projeto para defender interesses pessoais, partimos das discussões de Manuel Luiz Salgado Guimarães (1998), a respeito do processo de construção da ideia de Nação brasileira, produzida pela elite letrada e os agentes estatais durante o período Imperial.

Como aporte teórico para a análise dos mapas e a parte textual do *Atlas*, utilizamos as ideias dos geógrafos Brian Harley (2005) e Fernad Joly (1990) de que os mapas são uma construção da realidade, imagens carregadas de intenções e consequências em que se podem estudar as sociedades de seu tempo, uma vez que são produtos tanto das mentes individuais como dos valores culturais mais amplos de uma sociedade especifica, afim entender como ele utilizou-se desses componentes para construir uma narrativa nacionalista.

Para compreendermos como o *Atlas* foi percebido quando publicado, quem eram os sujeitos que elogiaram o trabalho de Candido Mendes e até que ponto esses compartilhavam de interesses e objetivos em comum, utilizamos os periódicos *Diário do Rio de Janeiro*, *O apostolo* e o *Correio Mercantil*, que publicaram entre 1868 e 1869, cartas enviadas para o autor a respeito da relevância do *Atlas* para Nação brasileira. Por fim, utilizamos ainda, os *Anais do Parlamento Brasileiro*, da *Câmara dos Deputados* e do *Senado*, para analisarmos as discussões oficiais sobre a adoção do livro em colégios como o Pedro II e quais as relação entre a instrução pública e o projeto de construção da nação brasileira.

Nesse sentido, a discussões realizadas nesse artigo abordam um estudo sobre o poder e a governabilidade, possibilitando identificar como o *Atlas* foi utilizado como espaço para ajudar na produção de um território nacional, e na representação da identidade brasileira que estava em desenvolvimento; como material para auxiliar no controle e organização dos territórios, e ainda para legitimar ideias e projetos individuais de Candido Mendes.

2 Tempo e Espaço: a construção de uma história e do território brasileiro no Atlas do Império do Brazil.

Nas primeiras páginas do *Atlas do Imperio do Brasil*, Candido Mendes apresentou uma dedicatória para o Imperador D. Pedro II onde afirmou: “A V. M. Imperial mais do que  ninguém compete a dedicação do presente trabalho, porque, como eminente cultor das letras tem sido o mais forte e mais desvelado promotor do estudo da *Geographia e Historia patria*”. (Almeida, 1868, p.5, grifo nosso). Essa imagem de monarca intelectual e amigo das letras derivava-se, por exemplo, da ligação do Imperador com instituições como o IHGB, que desde sua fundação havia sido colocado sob proteção direta do Governo Imperial, que após 1849 passou a ter uma presença mais assídua e participante, sugerindo temas para discussões dos membros e prmios para publicação de trabalhos de natureza científica (Guimarães, 1998, p. 09).

Em formato de carta e com uma fonte diferente do restante do texto do trabalho, a dedicatória, para além de uma formalidade, ajudava na narrativa nacionalista construída por o autor ao longo do trabalho, bem como, na legitimação da obra pela elite intelectual da época que fazia parte de instituições como o IHGB, que era a “instância crítica” em relação as obras publicadas acerca do Brasil, determinando os parâmetros pelos quais deveria ser escrita a história do país e criticando as que não atendessem tais crterios (Guimarães, 2011).

A história e geografia, que Candido Mendes afirmou serem promovidas pelo Imperador, eram comumente utilizadas juntas pelos intelectuais que escreviam sobre a Nação no IHGB. Segundo seu estatuto a instituição possuia no ano de fundação “um número de cinquenta membros ordinários (25 na seção de História e 25 na seção de Geografia)” (Guimarães, 1988, p.08-09).

Foi a partir das duas disciplinas citadas, que Candido Mendes construiu uma História nacional brasileira e também apresentou “o espaço em que ela se desenvolver; fornece[u] o cenário onde atuar[am] os personagens históricos” (Quadros, 2008, p.27), tentando, como explica Regis Lopes, dar tempo ao espaço e espaço ao tempo (Ramos, 2012, p.37), criando um passado que legitimasse o presente e um território onde a história teria se desenvolvido. Assim, o *Atlas*, como explicou Candido Mendes, contribuiria para “o inteligente cultivo da Geographia; por que he por este meio que um paiz se faz conhecido, ainda daqueles que o não habito, e pde fazer valer os recursos, e suas qualidades meritórias” (Almeida, 1868, p.07), e para a História nacional, visto que ela era entendida como

a exposição dos resultados da marcha e vida de um povo na terra, e por tanto de seus triunfos e desacertos. He ella a lição da experiência para guiar no presente, e resguardar o futuro. Estudo, labor indispensável para quem dirigir homens (ALMEIDA, 1868, p.07).

Essa concepção de História apresentada por Candido Mendes, foi predominante ao longo do século XIX, tratava-se de uma História positivista, branca, elitista, linear e progressista, e cumpria o objetivo de construir uma História sistematizada sobre a Nação brasileira. Por esse motivo, “Nação, Estado e Coroa aparece enquanto uma unidade na discussão historiográfica relativa ao problema nacional” (Guimarães, 1988 p.06), como bem colocou Manoel Luiz Salgado Guimarães. Candido Mendes, portanto, apresentou uma História carregada de sentido político, como o próprio *Atlas*, onde seus organizadores “jogavam com a balança lembrar, esquecer para que os mapas cumprissem suas funções sociopolíticas e culturais” (Borges, 2006, p.370).

O conceito de fonte no século XIX baseava-se em documentos considerados oficiais, ou seja, documentos produzidos pelo Estado, que contava a história dos considerados grandes homens e grandes feitos; os historiadores nesse período enxergavam “no documento e no fato uma verdade em si, autossuficiente e reveladora do passado” os documentos, portanto, eram vistos como “prova histórica” (Karnal; Tatsh, 2009, p.13). Para obter “inteligibilidade, credibilidade e legitimidade” ao seu trabalho (Borges, 2006, p.380), Candido Mendes apresentou em seu *Atlas* uma lista de todos os documentos consultados na produção dos mapas; os textos que explanam de forma breve a história de cada província foram constantemente

referenciados a partir de documentos considerados oficiais, ou por outros autores que possuíam respaldo no campo cientifico.

Antnio Carlos Villaça, no seu livro *O Senador Candido Mendes* de 1981, afirmou que Candido Mendes havia sido “um pesquisador preocupado com as fontes, com a compilação dos documentos” (Villaça, 1981. p.63), entretanto, é importante salientar que na produção do seu *Atlas*, mesmo com toda sua preocupação a respeito das fontes, utilizou documentos que nesse período eram considerados duvidosos, ele afirmou que

além destes documentos recorreremos, na falta de outros dados, a obras de diferentes authores que tivemos em mão; aproveitando-nos muitas vezes de informações dadas por pessoas que nos parecerão não só competentes, como sinceras (ALMEIDA, 1868, p.7).

Para Maria Eliza Linhares Borges, Candido Mendes demonstrou ter feito uso de fontes orais no seu trabalho, o que era “terminantemente criticado nos manuais de pesquisa do século XIX” (Borges, 2006, p.380). De qualquer forma, ao terminar o trecho anterior afirmando que “se muitas vezes erramos, sempre nos sobrou vontade de acertar” (Almeida, 1868, p.7), ele ainda apresentou certo receio ao utilizar essa fonte, justificando que havia as utilizado na falta de outras informações e de certo modo se prevenindo de futuras críticas.

Durante esse período, o espaço de produção historiográfica no Brasil foram as Academias e os Institutos locais que reuniam, de certo modo, pessoas com mesmos interesses e ideais, uma vez que não era um espaço sujeito a competição, mas “de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais” (Guimarães, 1988, p.05). Após a publicação do Atlas do Império do Brasil - que compartilhava das ideias dessas instituições, como a “complementariedade entre história e geografia” (Borges, 2006, p.382) – Candido Mendes foi convidado para participar de Institutos Nacionais e Internacionais, como a Royal Geographical Society de Londres e a Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil em 1868; Société de Géographie de Paris em 1869 e o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro em 1878.

O fato do *Atlas* ter alcançado o público estrangeiro não foi aleatório, Candido Mendes demonstrou no seu trabalho o desejo de que estrangeiros conhecessem o País, em trechos como

essa patria que he nossa segunda família, desejamos que seja bem conhecida e apreciada por seus filhos **como pelos estranhos**. He uma gemma cujas scintillaes anciamos que todos contemplem. [...] Façamos, se for possivel,

cada vez mais conhecidas as nossas famosas plagas, ***aos povos irmãos de todos os ângulos do nosso Planeta*** (ALMEIDA, 1868, p.07, grifo nosso)

Assim, ele apresentou o Brasil como um lugar rico e prospero que poderia “acolher com de braços bem abertos todos os que nos demandarem: tão inexgotaveis são as riquezas do nosso solo!” (Almeida, 1868, p.7). Era, portanto, a tentativa de apresentar o Brasil conforme o antigo imaginário de lugar paradisíaco, e de forma não ingnua apresentar ideias que “serviriam de suporte para projetos de imigração estrangeira” do século XIX (Borges, 2006, p.388).

O trabalho de Candido Mendes foi o primeiro Atlas produzido no Brasil por um brasileiro, o que existia até então eram trabalhos como o do francês, visconde J. de Villiers de L’ile-Adam, que liderou o projeto elaborado por um grupo de empresários que tinha como objetivo “ produção de um Atlas “physico e administrativo do Brasil”, com representações de todas as províncias do Império” (Beier; Marhtin, 2018, p.07), publicado dezessete anos antes do Candido Mendes.

Tendo em vista que inicialmente, optou-se “pela contratação de mão de obra estrangeira e pela utilização daquelas cartas e mapas antigos” (Costa, 2007, p.163), segundo o jornal O Apostolo em 1868, até aquele momento só havia tido “***neste genero trabalhos imperfeitos e de lavra estrangeira***; tão imperfeitos que muitos podem bem ser chamados mapas de erros, antes que de cidades, etc” (*O Apostolo*, 27 de setembro de 1868, p.3, grifo nosso). O trabalho de L’ile-Adam, por exemplo, foi considerado um desses ‘mapas de erros’, segundo o Relatório do Estado dos Trabalhos da Estada Mangaratiba, escrito por o engenheiro B. Webb em 1856, o mapa continha informações incorretas sobre o território da província do Rio de Janeiro, ele afirmou que “quando escolho um ou outro ponto d’esta planta, vejo a falsidade d’ella, e conheço que são taes plantas miseráveis guias. [...] Pode-se dizer que o paiz está totalmente sem plantas verdadeiras” (Pacheco, Joaquim José, Diário do Rio de Janeiro, 1856, p.2).

Desta forma, o trabalho de Candido Mendes, como afirmou Sebasto Dias Laranjeira, o bispo do Rio Grande, foi visto como algo de extrema necessidade, “preenchendo assim uma lacuna bem sensível que havia na geographia do paiz” (*Diário do Rio de Janeiro*, 20 de abril de 1856, p.1). Além disso, o fato do *Atlas* possuir um texto antecedendo os mapas, tornava-o “uma obra única até hoje na litteratura nacional” (*Correio Mercantil*, 10 de novembro de 1868, p.1) segundo o senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

Contudo, a deficiência que se afirmava haver nos mapas brasileiros, pode ter prejudicado também o *Atlas*, os mapas que o compunham possuíam “erros” como todos os outros trabalhos contemporâneos. O próprio autor, afirmou que a obra era “cheia de defeitos sem duvida” (Almeida, 1868. p.07). Senador Pompeu ao escrever para Candido Mendes argumentou que era possível que as cartas tivessem erros, mas que, “nem era possível evita-los com os elementos deficientes que existem no paz” (*Correio Mercantil*, 10 de novembro de 1868, p.1), chamando atenção para o fato de que ao seu entendimento, isso não diminuía o valor da obra tampouco o seu mérito.

Ao utilizarmos os mapas como fonte histórica,  necessário ter em mente algumas questões no tocante ao que foi considerado erro por esses autores. A pouca quantidade de informações sobre o território brasileiro pode ter contribuído para os “erros”, no entanto, segundo Fernand Joly “mesmo o mais detalhado dos mapas é uma simplificação da realidade” (Joly, 1990, p.07), isso porque, os mapas são uma construção social não neutra do território, sendo influenciados pelos interesses e necessidades dos seus produtores. Desta forma, os “erros” encontrados nas cartas podiam variar desde uma visão equivocada do espaço, a uma modificação consciente a fim de atender objetivos específicos que nem sempre estavam nas suas linhas.

De qualquer modo, nenhum mapa é uma réplica do mundo, sendo inevitável eventuais distorções, principalmente se levarmos em consideração as técnicas utilizadas no período para a sua elaboração. Por isso, mais importante que perceber se os mapas apresentaram o território perfeitamente, ou elencar quais os erros foram cometidos por Candido Mendes,  analisar os jogos de poder e interesses que definiram quais linhas seriam traçadas no papel, uma vez que, como explica o geógrafo Brian Harley (2005, p. 61), longe de serem “uma simples imagem da natureza que pode ser verdadeira ou falsa, os mapas reescrevem o mundo, como qualquer outro documento, em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais”, mudado suas características de acordo com a finalidade definida por os envolvidos na sua produção.

3 “Porque não ha paiz civilisado, que não tenha atlas especial para suas escolas”: o Atlas do Império do Brasil e o Colégio Dom Pedro II.

Esse trabalho, que ora apresentamos ao publico do nosso paiz, [...] tem principalmente por fim auxiliar a instrucção da mocidade, máxime que frequenta os estabelecimentos nacionaes de instrucção secundaria, **em que occupa o primeiro lugar o Collegio Pedro II [grifo nosso]** (ALMEIDA, 1868, p.07, grifo nosso).

Na introdução do *Atlas do Império do Brasil*, Candido Mendes de Almeida deixou evidente um dos objetivos do seu trabalho: auxiliar a formação da “mocidade” brasileira. Contudo, mesmo ao longo do seu texto afirmando que o estudo da História e da Geografia não deveria ser “privilegio de determinados individuos ou das classes elevadas”, Candido Mendes dedicou o seu trabalho ao Colégio Pedro II, uma instituição que atendia os “filhos da elite política e intelectual do império” (Borges, 2006, p.317), fazendo-nos indagar quem foi a “mocidade” brasileira a quem Candido Mendes se referia.

O Colégio Pedro II foi fundado, em 02 de dezembro de 1837, pelo ministro interino do Governo Imperial, Bernardo Pereira de Vasconcellos, e marcou o início de uma organização sistemática do ensino, que substituíssem as aulas isoladas que havíamos herdado da colnia (Zotti, 2005, p.30). Destinado especialmente para os filhos das famílias ricas, ele funcionou como o local de formação secundarista de parte da elite do país que posteriormente ingressariam no ensino superior, e ajudou na formação de uma elite dirigente, que possivelmente viria a ocupar cargos em vários órgãos estatais.

Contudo, o colégio nem sempre teve esse papel, até 1837, funcionou ali o Seminário São Joaquim, que diferente do Colégio Pedro II era gratuito e destinado aos órfãos “com o objetivo de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais” (Cunha, 1979, p.16). Desta forma, a escola  época da sua fundação foi alvo de críticas no parlamento brasileiro e na imprensa, que afirmavam que não existia “qualquer explicação especiosa, que parecesse justificar a criação do Collegio Pedro II sobre as ruínas de um estabelecimento destinado pela philantropia e educação industrial dos moços indigentes” (*Jornal Aurora Fluminense*, 21 de setembro de 1838, p.1).

Entretanto, nos questionamos se a preocupação dos senadores com relação a classe pobre não ter acesso a educação, ou, na realidade, era receio do Estado perder a mão de obra

que era formada na instituição, e ainda os custos que isso causaria ao governo que precisaria auxiliá-los. O senador Bernardo Pereira de Vasconcellos buscando “certamente, calar a oposição que apontava para o caráter elitista da nova instituição” (Mendonça, 2013, p.990), afirmou que o colégio garantiria certo número de vagas para os órfãos do Seminário, entretanto, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um dos opositores do colégio, respondeu afirmando que

destinar um pobre às sciencias, muitas veses  fazê-lo infeliz, porque, estando habituado ao trabalho, nem tendo modo algum de vida, quando sahe do collegio, **há de necessariamente recorrer ao governo para lhe dar meios de viver; ha de ir aumentar o numero dos pretendentes de empregos publico; o que não lhe aconteceria se trouxesse com a theoria a pratica das artes e halito do trabalho** (*Jornal Aurora Fluminense*, 21 de setembro de 1838, p.2, grifo nosso).

Percebemos, portanto, que existia uma distinção entre o que era considerada educação dos pobres e educação das classes abastadas, como explicou Fernando de Araújo Penna, a primeira “deveria prepará-los para um fcio honesto e não para serem sábios [...] enquanto a educação dos ricos seria a instrução secundária que os prepararia para os estudos superiores” (Penna, 2008, p.130). Desta forma, as discussões referentes a formação da instituição envolviam interesses e perspectivas dos sujeitos responsáveis pela organização brasileira, que formulavam “um projeto civilizatório [...] comprometido com o perfil indenitário branco, europeu e cristão idealizado para os trópicos” (Andrade, 2007, p.102), a instituição, portanto, funcionava como “instrumento social de moralização dos indivíduos, garanti[ndo] a ordem e caminho para o progresso” (Andrade, 2007, p.104).

A educação dessa elite, nesse contexto, deveria passar pelo conhecimento do território nacional, como uma forma de prepará-las para seus cargos futuros, assim, o ensino de História do Brasil, era percebido “como base da construção da identidade nacional e da formação do cidadão” (Andrade, 2007, p.105), sendo necessário que elas soubessem

o que he, e o que vale o territorio pátrio. [...] A patria he a caza em ponto grande. Como dirigira bem seu domicilio quem lhe desconhecesse os compartimentos? Como nas duvidas com os visinhos, descriminar o nosso dominio do alheio? No mesmo caso está o paiz para os que o habito e o governam (ALMEIDA, 1868, p.7).

Candido Mendes, portanto, ao dedicar o *Atlas* ao Colégio Pedro II, delimitou quem era a mocidade a quem se referiu no *Atlas*, não era um produto para o público geral, nem “atingia a maioria da população que habitava o território representado pelos mapas presentes no Atlas do império” (Cavenaghi, 2010, p.385), foi feito para guiar o olhar da “mocidade letrada brasileira” (Borges, 2006, p.383) que deveria compreender, “a estrada, que lhe abriu o Dr. Candido Mendes, e que bem saiba percorrê-la para olhar melhor para o desenvolvimento do Brasil, do que a mocidade que hoje o dirige” (*O Apostolo*, 27 de setembro de 1868, p.03).

Quando fundado, o Colégio Pedro II seguia o modelo de educação vigente na França como inspiração (Zotti, 2005, p.35), esse, influenciou o estatuto do colégio que como afirmou Bernardo Pereira de Vasconcellos, foi “copiado do regulamento dos Collegios de França, [e] apenas modificado por homens que gozo da reputação de sábios, e entendem o que deve alterar-se nas disposição” (Brasil, 1838, p.160), e ainda as próprias obras utilizadas pelo colégio, que muitas vezes eram francesas, como foi o caso do “atlas de geographia por Delamarche adoptado pelo nosso regulamento de instrucção publica” (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de outubro de 1868, p.01).

Entretanto, a partir da necessidade de formação de conhecimento sobre o território nacional, e de uma centralização administrativa, surgiu a necessidade de uma cartografia nacional, um Atlas do Brasil, feito para o Brasil, que preenchesse “uma falta sensível que tínhamos e que talvez fosse a causa principal do desprezo em que tem permanecido o estudo da geographia do Brasil” (*O Apostolo*, 27 de setembro de 1868, p.2). O Atlas adotado anteriormente, segundo José Mendes de Paiva, além de ser muito deficiente no que diz respeito ao Brasil, era tão inado de erros, de forma a não satisfazer ao fim proposto antes do de Candido Mendes, que pelo decreto passou a ser o utilizado pelo colégio (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de outubro de 1868, p.1).

Como afirmou Jose Murilo de Carvalho, a elite dirigente da segunda metade do século XIX se caracterizava, sobretudo, pela homogeneidade ideológica e de treinamento, o que aumentava sua capacidade de agir politicamente (Carvalho 1996, p. 21), desta forma, mediante a necessidade de consolidação nacional, era necessário que se conhecesse “o que lhes é peculiar de preferência ao que pertence aos outros” (*O Apostolo*, 27 de setembro de 1868, p.2). Segundo o jornal *O Apostolo*

o literato brasileiro, que falando muitas vezes bem do que vai pela Inglaterra, descrevendo-a minuciosamente,  mudo em relação ao brasil, do qual é possível que muitas vezes ouça com espanto falar de sua divisão administrativa, judiciaria, politica e ecclesiastica (*O Apostolo*, 27 de setembro de 1868, p.2).

O *Atlas*, nesse sentido, além de servir como material de ensino para os filhos das famílias influentes, foi considerado “indispensável à todos que quiserem adquirir noções certas e exactas da geographia do Brasil” (*Correio Mercantil*, 26 de outubro de 1868, p.2). Candido Mendes, ao longo da introdução, defendeu a indeclinável necessidade do estudo da Geografia e da História para os governantes do Brasil, apresentando seu trabalho como importante para uma elite em exercício, uma vez que “já é tempo de convencer-mo-nos de que ***todo cidadão de um Estado civilizado, e especialmente aquelle que se dedicam às letras*** devem começar por estudar e conhecer o seu próprio paiz” (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1868, p.1, grifo nosso).

Esse discurso fazia parte de um momento em que no Brasil, a produção de materiais cartográficos havia sido ampliada por meio de novas técnicas de impressões, deixando de ser reservada apenas a órgãos oficiais, é nesse sentido que o estudo cartográfico foi inserido no processo formal de ensino, e a ampliação do uso por intelectuais e também pessoas abastadas que gostavam de estudar as “cousas do paiz” (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1868, p.2). Desta maneira, ao afirmar que existia “a necessidade de difundir-se por todas as classes o estudo da geographia em geral, e o da patria muito particularmente” (*O Apostolo*, 27 de outubro de 1868, p.3) eles estavam se referindo a “aristocracia rica e não para os meninos pobres” (Brasil, 1870, p.118), e sobretudo, não foi um material destinado a todos como foi colocado pelo Candido Mendes e por periódicos da época.

Isso porque, para ter acesso ao *Atlas*, fazia-se necessário em primeiro lugar, que o sujeito soubesse ler, o que não acontecia com muita gente fora da classe abastada e mesmo entre a população livre apenas 18,56% eram alfabetizados, assim, a “elite era uma ilha de letrados em um mar de analfabetos” (Carvalho, 1996, p.65). A Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, por exemplo, em 1868 a partir do projeto de lei Não 512, propôs que

a presidencia da provincia comprar 200 exemplares do Atlas do Império do Brazil, organizado pelo Dr. Candido Mendes de Almeida, para serem distribuídos pelas diversas escolas publicas da provincia e fornecidos aos alumnos que frequentarem a escola normal (BRASIL, 1868, p.190).

O número de exemplares que seriam comprados foi discutido e deliberado na câmara, uma vez que “apenas 38 professores públicos da província estavam habilitados para com proveto ensinar para geographia a seus alumnos parecendo-lhes, pois, que para eles bastarão 50 exemplares” (Brasil, 1868, p.471), já que o número de alunos nas aulas de Geografia e História na escola normal, segundo os Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (Brasil, 1868, p.471) não passavam de trinta e cinco nesse período. Contudo, os deputados decidiram comprar os duzentos exemplares, pois Candido Mendes merecia, segundo eles, “ser reconhecido e recompensado, não são afim de que se anime o autor de tão importante trabalho a ampli-lo e melhor-lo quanto fosse possível, como para que isso sirva de incentivo a outras empresas de semelhante natureza” (Brasil, 1868, p.515).

Em segundo lugar, era necessário possuir dinheiro para comprar o *Atlas* que segundo os periodicos da época eram vendidos a 30\$ (trinta ris) no ano de sua publicação. O valor da obra foi criticado, inclusive, em 1870, pelo senador Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em uma seção do Senado ele afirmou que “seria censuravel, se do imposto, que pagam os pobres tambem, tirasse para facilitar smente aos ricos meios de instrucção” (*Anais do Senado do Império do Brasil*. Sessão de 18 de agosto de 1870, p.118). Entretanto, a concepção de pobre para o senador era “quasi toda a sociedade, porque nós mesmos não podemos comprar para nossos filhos livros elementares a tal preço” (Brasil, 1870, p.118), como afirmou na sessão do Senado, deixando nítido que a preocupação era mais uma vez relacionada ao ensino da elite.

Nesse sentido, a difusão do conhecimento histórico e geográfico era na verdade, exclusivamente, entre a elite da época, o que a tornava um saber eminentemente estratégico, utilizado pelas minorias dirigentes como instrumento de poder no controle e organização dos homens que povoam seu território (Lacoste, 2012). O Atlas, por sua vez deveria auxiliar na formação, que foi utilizada como meio “de fixar os caracteres que permitiam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim, como os que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional” (Mattos, 2011, p.277) e permitia, ou deveria permitir, que o império se colocasse ao lado das ‘nações civilizadas’ deixando no passado as trevas que caracterizavam o período colonial, a partir da difusão de uma civilidade sobre os que eram apresentados como futuros cidadãos do império.

Considerações finais

Candido Mendes ao publicar o Atlas, deixou evidente que um dos seus objetivos era auxiliar na construção da Nação brasileira através da produção de um trabalho que representava todo o território, o tornando conhecido por aqueles que governariam o país e por isso poderiam efetivar o seu poder sobre o espaço e planejar modificações. Afim de legitimar suas ideias Candido Mendes reivindica uma ancestralidade desses territórios por meio da construção de uma história que, além de ter dado credibilidade para o seu trabalho auxiliava na construção de uma Nação brasileira e sentimento de nacionalismo que se constituía naquele momento por instituições como o IHGB.

Na introdução do seu trabalho Candido Mendes chamou atenção ainda para a necessidade de que todos os brasileiros conhecessem a Nação e estudassem geografia, dedicando o Atlas ao Colégio Pedro II, que como já citamos formava a maior parte da elite da época. Levando em consideração que existia naquele momento uma produção do espaço, para além de um ato de patriotismo como ele afirmou, desenhar o território nacional se configurava também como um ato de poder, pois por meio do seu desenho ele materializava a sua percepção do espaço guiada por seus interesses pessoais e o seu lugar social. Sendo assim, questionamos o fato do direcionamento de seu trabalho para quem no futuro provavelmente ocuparia cargos governamentais, tendo o poder de modificar esse espaço.

Nesse sentido entendemos que ao atlas além de ser um produto que atendia ao ideário nacionalista, foi também um espaço em que seu autor apresentou interesses e objetivos pessoais, sendo assim, tanto seu discurso como seus mapas não eram representações inocentes do espaço, apresentando jogos de poder e relações sociais e políticas dos que estavam envolvidos na produção e divulgação do *Atlas* nos periódicos estudados.

Fontes

Livros da época

ALMEIDA, C. M. 1868. *Atlas do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>.

_____. 1852. *A Carolina, ou, a definitiva fixação de limites entre as provincias do Maranhão e de Goyaz*. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242525>

_____. 1866. *Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito cannico*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227308>.

Jornais

O APOSTOLO. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, (n 39), 1868, p.3.

PACHECO, Joaquim José. Estrada de Mangaratiba. In: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, (n 119), 1856, p.2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Cartas. Rio de Janeiro, (n 279), 1868, p.01.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, (n 312), 1868, p.02.

O COLOMBO. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, (n 6), 1868, p.03.

FILGUEIRA, Domingos de Andrade. Atlas do Brasil. In: Correio Mercantil, Rio de Janeiro, (n 310), 1868, p.1.

CORREIO MERCANTIL. Carta. Rio de Janeiro, (n 295), 1868, p.02.

JORNAL AURORA FLUMINENSE. Interior. Rio de Janeiro, (n 54), 1838, p.1.

Anais

BRASIL. Sessão de 19 de maio de 1838. In: Anais do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, tomo I, 1886.

BRASIL. Sessão de 18 de agosto de 1870. In: Anais do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, v. 03, 1870.

BRASIL. Sessão de 14 de dezembro de 1868. In: Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve & C, 1868.

Relatórios

WEBB, B. Relatório do Estado dos Trabalhos da Estada Mangaratiba. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1856.

Referências:

ANDRADE, M. C. *As Raízes do Separatismo no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 1999.

ANDRADE, V. L. C. de Q. 2007. Colégio Pedro II – Patrimnio e Lugar de Memória da Educação Brasileira. In: GASPARELLO, Arlette Medeiros; SANTOS, Heloisa de Oliveira (Org.). *Educação na história: Intelectuais, saberes e ações instituintes*. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 01:

BEIER, J. R.; MARHTIN, D. 2018. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliogrfica (1833-1932). *Confins*, n 34: sn

BORGES, M. E. L. 2006. Atlas Históricos: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). *Política Nação e Edição. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas sécs. XVII-XX*. São Paulo: Annablume: p. 369-389.

CAVENAGHI, A. J. 2010. O Atlas do Império do Brasil e as Representações Existentes no Livro: “História da Vida Privada no Brasil”: Império a Corte e a modernidade de Nacional. *História, Historiadores, Historiografia, Projeto História*, n 41: p. 383-403.

CAVENAGHI, B. G. 2020. O ingresso do tema indígena no espaço museal: o caso do museu histórico de Cambé (1985-2016). *Revista Latino Americana de História*, v. 9, n 24: 144 – 166.

COSTA, Antnio Gilberto. 2007. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

CUNHA, L. A. 1979. As raízes da escola de ofício manufactureiros no Brasil – 1808 – 1820. *Fórum Educacional*. v. 3, n. 2: p. 6-27.

DANTAS, G. A. F. *et al.* 2011. Desenhado territórios: A cartografia de Candido Mendes e o “Nordeste” Brasileiro do Século XIX. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n 2, p. 87-99.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. 1988. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n 1, p. 5-27.

_____. 2011. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

HARLEY, B. 2005. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Mexico: Fondo de Cultura.

JOLY, Fernand. 1990. *A Cartografia*. 17ed, São Paulo: Edições Loyola.

KARNAL, L.; TATSH; F. G. A Memória Evanesciente. 2009. In: PINSHY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, p. 9-27.

LACOSTE, Yves. 2012. *A geografia –isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 19ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus.

MENDONÇA, A. W. P. C. *et al.* 2013. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educ. Pesquisa*, v.39, n.4: p. 985-1000.

PENNA, F. A. 2008. *Sob o nome e a capa do Imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUADROS, E. 2008. A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica. *Mosaico*, v. 1, p. 27.

RAMOS, F. R. L. 2012. *O Fato e a Fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

REIS, A. I. R. P. C. 2017. Para além da Província no Papel: cartografias históricas e modernização do território cearense na segunda metade do século XIX. In: XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia, Brasília/DF. Anais do Simpósio Nacional da ANPUH: sn

VILLAÇA, Antônio Carlos. 1981. *O Senador Candido Mendes*. Rio de Janeiro: EDUCAM.

ZOTTI, Solange Aparecida. 2005. O Ensino Secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e currículo do Colégio D. Pedro II. *Revista Histedbr*, nº 18, p. 29-44.

Recebido em: 12/06/2020
Aprovado em: 03/05/2021

RLAH
Agosto/Dezembro de 2022

